

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Em 31 de dezembro de 2015
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Contábeis Regulatórias

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no. 605, de 11 de março de 2014.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no. 605, de 11 de março de 2014.

Base de elaboração das demonstrações contábeis

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.


Outros assuntos

A Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações contábeis societárias), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 16 de março de 2016.

As demonstrações contábeis regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparabilidade, não foram examinadas por auditores independentes.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2016.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/F-6



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u> <u>(não auditado)</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	21.086	50.554
Concessionárias e permissionárias	7	19.454	20.326
Estoques		2.806	2.108
Adiantamento a fornecedores		963	1.144
Impostos a recuperar		156	143
Outros ativos circulantes		330	472
		<u>44.795</u>	<u>74.747</u>
Ativo não circulante			
Outros ativos não circulantes	10	8.525	7.378
Imobilizado não vinculado à concessão		962	970
Imobilizado	8	241.252	253.475
Intangível	9	961	1.005
		<u>251.700</u>	<u>262.828</u>
		<u>296.495</u>	<u>337.575</u>

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u> (não auditado)
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		287	406
Fornecedores - partes relacionadas	23	8	10
Empréstimos - terceiros	11	-	52.881
Empréstimos - partes relacionadas	11	77.666	28.105
Tributos e contribuições sociais	12	24.983	40.084
Taxas regulamentares	13	7.418	6.367
Dividendos propostos	15	19.891	30.829
Outros passivos circulantes		1.589	1.383
		131.842	160.065
Passivo não circulante			
Empréstimos - terceiros	11	-	52.792
Outras provisões - compensação ambiental		1.661	1.541
Provisão para contingências	14	5.389	5.214
Outros passivos não circulantes		3.748	2.603
		10.798	62.150
Patrimônio líquido	15		
Capital social		82.518	82.518
Reservas de lucros		154.132	134.242
Reserva legal		16.979	16.979
Prejuízos acumulados		(99.774)	(118.379)
		153.855	115.360
Total do passivo e do patrimônio líquido		296.495	337.575

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u> <u>(não auditado)</u>
Receita operacional líquida	16	164.334	156.888
Custo da operação	17	<u>(19.380)</u>	<u>(16.541)</u>
Lucro bruto		144.954	140.347
Despesas gerais e administrativas	18	(9.542)	(909)
Outras (despesas) / receitas operacionais	20	<u>90</u>	<u>77</u>
Lucro antes das receitas financeiras		135.502	139.515
Resultado financeiro	21	<u>(46.601)</u>	<u>(20.364)</u>
Receita financeira		23.876	24.480
Despesa financeira		(70.477)	(44.844)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		<u>88.901</u>	<u>119.151</u>
Imposto de renda e contribuição social		(30.515)	(46.103)
Lucro líquido do exercício		<u>58.386</u>	<u>73.048</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u> (não auditado)
Lucro líquido do exercício	58.386	73.048
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes	<u>58.386</u>	<u>73.048</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Prejuízos acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2013 (não auditado)	82.518	16.979	133.814	(132.108)	101.203
Lucro líquido do exercício (não auditado)	-	-	-	73.048	73.048
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (não auditado)	-	-	30.829	(30.829)	-
Dividendos propostos (não auditado)	-	-	-	(30.829)	(30.829)
Dividendos intermediários pagos (não auditado)	-	-	(28.062)	-	(28.062)
Reversão do saldo de ajuste de avaliação patrimonial (não auditado)	-	-	(2.339)	2.339	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (não auditado)	82.518	16.979	134.242	(118.379)	115.360
Lucro líquido do exercício	-	-	-	58.386	58.386
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	19.890	(19.890)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(19.891)	(19.891)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	82.518	16.979	154.132	(99.774)	153.855

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	2015	2014 (não auditado)
Atividades operacionais:		
Lucro antes dos impostos	88.901	119.151
Ajustes		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	49.929	26.350
Depreciação e amortização	10.969	10.204
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.242)	1.183
Provisão para contingências	175	(5.855)
Provisão para medidas compensatórias	119	(2.009)
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	2.113	(4.875)
Ativo financeiro amortizável e indenizável		-
Estoques	(698)	(673)
Tributos e contribuições compensáveis	(13)	2
Adiantamentos a fornecedores	181	(378)
Outros ativos	(1.006)	(5.110)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(129)	246
Tributos e contribuições sociais	(16.556)	2.937
Impostos pagos	(29.036)	(41.847)
Juros pagos	(3.628)	(3.789)
Taxas regulamentares	1.050	1.682
Outros passivos	1.267	2.317
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	102.396	99.536
Aquisição de imobilizado e intangível	(339)	(620)
Baixa de imobilizado e intangível	1.717	262
Fluxo de caixa consumido pelas atividades de investimento	1.378	(358)
Empréstimos captados	124.418	51.926
Empréstimos pagos	(226.831)	(105.958)
Dividendos pagos	(30.829)	(56.125)
Fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamento	(133.242)	(110.157)
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(29.468)	(10.979)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	50.554	61.533
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	21.086	50.554

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“ETEE” e/ou “Companhia”), é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em 5 de outubro de 2000 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1509, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais localizadas em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia iniciou suas operações em 23 de dezembro de 2002, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

Em 31 de agosto de 2000 o Consórcio constituído pelos acionistas da Companhia na época foi declarado vencedor de leilão público, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à Expansão da Interligação Norte-Sul. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 29 de novembro de 2000, foi publicado no Diário Oficial da União de 30 de novembro de 2000.

No dia 20 de dezembro de 2000, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão nº 096/2000 - Expansão da Interligação Norte - Sul, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas em áreas do Distrito Federal, de Goiás e Minas Gerais:

- (i) Linha de Transmissão 500 kV Samambaia-Itumbiara, com extensão aproximada de 295 km, com origem na subestação 500 kV Samambaia e término na subestação 500 kV Itumbiara.
- (ii) Linha de Transmissão 500 kV Samambaia-Emborcação, com extensão aproximada de 280 km com origem na subestação 500 kV Samambaia e término na subestação 500 kV Emborcação.

1.2. Receita anual permitida (RAP)

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a tarifas de uso do sistema de transmissão (TUST). As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

A RAP foi determinada em aproximadamente R\$52.000 (valor histórico) e será corrigida anualmente pelo IGP-M e será válida pelos primeiros 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a RAP será reduzida a 50% do seu valor original.

Em 16 de junho de 2014, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.756/2014 estabeleceu a RAP da Companhia em R\$163.225 para o período de 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015.

Em 23 de junho de 2015, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº1.918/2015, estabeleceu a RAP em R\$174.348 para o período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016.

A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3. Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, a ANEEL.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Com base nessas alterações houve a reclassificação dos saldos da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), que em 2014 foi apresentada no grupo de custo da operação (nota explicativa 16) e em 2015 foi classificada como dedução da receita operacional (nota explicativa 15). O montante reclassificado em 2014 foi de R\$851. Não foram efetuadas outras reclassificações materiais nas demonstrações financeiras.

As DCRs apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 15 de abril de 2016.

2.1. Estimativas e premissas

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DCRs. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

3. Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas, são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1 Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções vigentes emitidas pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigentes veja notas explicativas 8 – Imobilizado e 9. – Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unificados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

4. Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

4.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.4. Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

4.5. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

4.6. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.9. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias.

O saldo e caixa e equivalente de caixa e concessionárias e permissionárias são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo.

Esses instrumentos financeiros ativos são mensurados pelo valor justo e após reconhecimento inicial são mensurados pelo valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores – partes relacionadas e terceiros e empréstimos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de empréstimos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos e passivos financeiros derivativos

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

5. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2015			31/12/2014		Societário
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório (não auditado)	Ajuste (não auditado)	
Ativo							
Ativo circulante		44.795	(173.916)	218.711	74.747	(155.374)	230.121
Caixa e equivalentes de caixa		21.086	-	21.086	50.554	-	50.554
Concessionárias e permissionárias		19.454	-	19.454	20.326	-	20.326
Adiantamentos a fornecedores		963	-	963	1.144	-	1.144
Impostos a recuperar		156	-	156	143	-	143
Estoques		2.806	-	2.806	2.108	-	2.108
Ativo financeiro amortizável	a	-	(173.916)	173.916	-	(155.374)	155.374
Outros ativos circulantes		330		330	472	-	472
Ativo não circulante		251.700	26.225	225.475	262.828	(1.570)	264.398
Ativo financeiro amortizável	a	-	(215.539)	215.539	-	(254.743)	254.743
Outros ativos não circulantes		8.525	-	8.525	7.378	-	7.378
Imobilizado não vinculado à concessão		962	-	962	970	-	970
Imobilizado		241.252	240.997	255	253.475	253.175	300
Intangível		961	767	194	1.005	(2)	1.007
		296.495	(147.691)	444.186	337.575	(156.944)	494.519

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Nota	31/12/2015			31/12/2014		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório (não auditado)	Ajustes (não auditado)	Societário
Passivo						
Passivo circulante	131.842	-	131.842	160.065	-	160.065
Fornecedores terceiros	287	-	287	406	-	406
Fornecedores partes relacionadas	8	-	8	10	-	10
Empréstimos com terceiros	-	-	-	52.881	-	52.881
Empréstimos com partes relacionadas	77.666	-	77.666	28.105	-	28.105
Tributos e contribuições sociais	24.983	-	24.983	40.084	-	40.084
Taxas regulamentares	7.418	-	7.418	6.367	-	6.367
Dividendos propostos	19.891	-	19.891	30.829	-	30.829
Outros passivos circulantes	1.589	-	1.589	1.383	-	1.383
Passivo não circulante	10.798	(47.917)	58.715	62.150	(38.565)	100.715
Empréstimos com terceiros	-	-	-	52.792	-	52.792
Outras provisões - compensação ambiental	1.661	-	1.661	1.541	-	1.541
Provisão para contingências	5.389	-	5.389	5.214	-	5.214
Tributos diferidos		(47.917)	47.917	-	(38.565)	38.565
Outros passivos não circulantes	3.748	-	3.748	2.603	-	2.603
Patrimônio líquido	153.855	-99.774	253.629	115.360	(118.379)	233.739
Capital social	82.518	-	82.518	82.518	-	82.518
Reserva de lucros	154.132	-	154.132	134.242	-	134.242
Reserva legal	16.979	-	16.979	16.979	-	16.979
Prejuízo acumulado	(99.774)	(99.774)	-	(118.379)	(118.379)	-
	296.495	(147.691)	444.186	337.575	(156.944)	494.519

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015			31/12/2014		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório (não auditado)	Ajustes (não auditado)	Societário
Receita operacional bruta		177.216	20.663	156.553	170.102	27.488	142.614
Deduções da receita operacional		(12.882)	-	(12.882)	(13.214)	-	(13.214)
Receita operacional líquida	d	164.334	20.663	143.671	156.888	27.488	129.400
Custo da operação	e	(19.380)	(11.410)	(7.970)	(16.541)	(10.231)	(6.310)
Lucro bruto		144.954	9.253	135.701	140.347	17.257	123.090
Despesas gerais e administrativas		(9.542)	-	(9.542)	(909)	-	(909)
Outras (despesas) / receitas operacionais		90	-	90	77	-	77
Resultado antes do resultado financeiro		135.502	9.253	126.249	139.515	17.257	122.258
Resultado financeiro		(46.601)	-	(46.601)	(20.364)	-	(20.364)
Receita financeira		23.876	-	23.876	24.480	-	24.480
Despesa financeira		(70.477)	-	(70.477)	(44.844)	-	(44.844)
Lucro antes dos impostos		88.901	9.253	79.648	119.151	17.257	101.894
Imposto de renda e contribuição social	c	(30.515)	9.352	(39.867)	(46.103)	(5.868)	(40.235)
Lucro líquido do exercício		58.386	18.605	39.781	73.048	11.389	61.659

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo financeiro amortizável e indenizável

De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como “recebíveis” e registrado ao valor justo nas demonstrações financeiras societárias.

Os ativos financeiros amortizáveis e indenizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto.

A aplicação dessa norma ocorre apenas no balancete societário visto que Órgão Regulador não adota esse pronunciamento. A adoção dessas normas gera impacto nas demais linhas do balanço.

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecido como ativo financeiro amortizável e indenizável de acordo com as determinações do ICPC 01 (R1) e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

d) Receita

Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Remuneração dos ativos financeiros

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

As receitas de operação e manutenção, receita de construção e remuneração dos ativos financeiros são registradas baseadas na adoção do ICPC 01(R1) nas demonstrações financeiras societária. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

e) Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa	9	10
Banco	325	467
Aplicações financeiras	<u>20.752</u>	<u>50.077</u>
	<u>21.086</u>	<u>50.554</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

7. Concessionárias e permissionárias

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
A vencer	16.839	19.844
Vencidas até 30 dias	22	95
Vencidas até 60 dias	82	83
Vencidas até 90 dias	126	107
Vencidas até 120 dias	74	92
Vencidas até 180 dias	2.311	105
Vencidas há mais de 180 dias	<u>114</u>	<u>1.357</u>
	19.568	21.683
(-) PCLD	<u>(114)</u>	<u>(1.357)</u>
	<u>19.454</u>	<u>20.326</u>

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Saldo em 1º de janeiro	(1.357)	(174)
Reversão	1.243	-
Adição	-	(1.183)
Saldo em 31 de dezembro	<u>(114)</u>	<u>(1.357)</u>

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

8. Imobilizado

8.1 Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor bruto em 31/12/2014 (não auditado)	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor bruto em 31/12/2015	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2015	Valor líquido em 31/12/2014 (não auditado)
Ativo imobilizado em serviço									
Transmissão	367.699	-	-	102	367.801	102	(130.161)	237.640	248.324
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações e benfeitorias	4.666	-	-	-	4.666	-	(2.180)	2.486	2.641
Máquinas e equipamentos	362.086	-	-	275	362.361	275	(127.551)	234.810	245.386
Veículos	458	-	-	77	535	77	(261)	274	254
Móveis e utensílios	489	-	-	(250)	239	(250)	(169)	70	43
Administração	427	-	-	-	427	-	(277)	150	208
Máquinas e equipamentos	28	-	-	8	37	8	(26)	10	14
Veículos	339	-	-	-	339	-	(235)	104	152
Móveis e utensílios	60	-	-	(8)	52	(8)	(16)	36	43
	368.126	-	-	102	368.228	102	(130.438)	237.790	248.532

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Ativo imobilizado em curso	Valor bruto em 31/12/2014	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor bruto em 31/12/2015	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2015	Valor líquido em 31/12/2014
	(não auditado)						(não auditado)		
Transmissão	4.851	328	(1.717)	(104)	3.358	(1.493)	-	3.358	4.851
Máquinas e equipamentos	-	37	-	(25)	12	12	-	12	-
Outros	4.851	291	(1.717)	(79)	3.346	(1.505)	-	3.346	4.851
Administração	93	11	-	-	104	11	-	104	93
Máquinas e equipamentos	13	11	-	-	24	11	-	24	13
Outros	80	-	-	-	80	-	-	80	80
	4.944	339	(1.717)	(104)	3.462	1.482	-	3.462	4.944
	373.070	339	(1.717)	(2)	371.690	(1.380)	(130.438)	241.252	253.475

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

8.2 Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido 2015	Valor líquido 2014
					(não auditado)
Transmissão	7,81%	367.801	(130.161)	237.640	248.324
Administração	7,51%	427	(277)	150	208

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração	
Equipamentos de informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

8.3 Principais aquisições do ativo imobilizado em curso em 2015

Adições do ativo imobilizado em curso	Material e equipamentos
Máquinas e equipamentos	37
Veículos	178
Adiantamentos a fornecedores	113
Outros	11
	339

8.4 Principais adições do ativo imobilizado em serviço 2015

Imobilizado em curso operacional	Grupo	Valor
Veículo Fiat Weekend	Veículos	46
Veículo Pálio Fire	Veículos	32
Eclipse ODU/fonte/cabo	Máquinas e equipamentos	18
Condicionador de ar janela 21000 btus	Máquinas e equipamentos	7

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

9. Intangível

	Valor bruto em 31/12/2014	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor bruto em 31/12/2015	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2015	Valor líquido em 31/12/2014
	(não auditado)							(não auditado)	
Ativo intangível em serviço									
Transmissão	786	-	-	-	786	-	(22)	764	764
Servidões	764	-	-	-	764	-	-	764	764
Softwares	22	-	-	-	22	-	(22)	-	-
Administração	-	-	-	104	104	104	(47)	57	-
Softwares	-	-	-	104	104	104	(47)	57	-
	786	-	-	104	8.909	104	(69)	821	764
Ativo intangível em curso									
Transmissão	-	-	-	2	2	2			
Servidões				2	2	2			
Administração	241	-	-	(103)	138	(103)			
Softwares	241			(103)	138	(103)			
Outros					-	-			
	241	-	-	(101)	140	(101)			
	1.027	-	-	3	1.030	3			

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

9.2 Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2015			2014
		Valor Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Transmissão	0,15%	786	(22)	764	(não auditado) 764
Administração	10,00%	104	(47)	57	-

10. Outros ativos não circulantes

	2015	2014
Reembolsos - Contingências (i)	5.214	5.214
Contas a receber partes relacionadas (nota explicativa 22)	87	132
Outros	3.224	2.032
	8.525	7.378

- (i) Em 16 de maio de 2010 a SGBH celebrou contrato de compra e venda de ações (o "Contrato") para aquisição de 100% (cem por cento) das ações da PCTE junto a Elecnor Transmissão de Energia S.A. Elecnor S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Cobra Instalaciones y Servicios S.A., Isolux Energia e Participações S.A., Grupo Isolux Corsán S.A. (partes vendedoras e intervenientes).

Por meio deste contrato e seus respectivos aditamentos, as vendedoras se comprometeram a assumir todos os custos de defesa e condenação relativos à quaisquer demandas administrativas e/ou judiciais, relacionadas às empresas acima listadas, nos termos e condições previstos no Contrato. Assim, a Companhia efetuou o registro de direito a reembolso para as contingências apresentadas como prováveis na nota explicativa 12.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

11. Empréstimos

a) Total da dívida

Descrição	Início	Venc.	Frequência pgto de juros	Data próx. Pgto de juros	Frequência da amortização	Data próx. amortização	Sistemática da amortização	Garantidor	Encargos	2015	2014
China Development Bank (CDB) (i)	04/2012	-	-	-	-	-	-	SGID	Libor + 2,20% a.a	-	105.673
State Grid International Development Limited (SGID)	12/2013	09/2016	Semestral	20/01/16	Semestral	20/01/16	Bullet (final)	N/A	Libor + 2,20% a.a	77.666	28.105
										77.666	133.778
Circulante										77.666	80.986
Não circulante										-	52.792
									(ii)	77.666	133.778

(i) A SGID é uma subsidiária 100% controlada pela SGCC, assim, faz parte do mesmo grupo econômico.

(ii) No exercício de 2015 houve aumento do saldo em função basicamente do aumento da taxa do dólar em 31 de dezembro de 2015, cotada em USD 3,9048 por real comparado em taxa e USD 2,6562 em 31 de dezembro de 2014. Na nota explicativa 19 apresentamos os montantes referentes à perda de variação cambial.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

12. Tributos e contribuições sociais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
IRPJ	17.671	28.564
CSLL	6.561	10.572
PIS	77	81
COFINS	362	376
Outros	312	491
	<u>24.983</u>	<u>40.084</u>

13. Taxas regulamentares

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	853	578
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	317	622
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	6.248	5.167
	<u>7.418</u>	<u>6.367</u>

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da Aneel nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantém a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória.

Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela Aneel. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço.

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

(iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

14. Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas):

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Cíveis	Fiscais	Total
Saldos em 31/12/2014	-	5.214	5.214
Constituição	175	-	175
Saldos em 31/12/2015	175	5.214	5.389

	Cíveis	Fiscais	Total
Saldos em 31/12/2013	-	10.299	10.299
Baixas	-	(5.085)	(5.085)
Saldos em 31/12/2014	-	5.214	5.214

Contingências possíveis (não provisionadas):

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

<u>Natureza</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Cível	174	-
Fiscal	40.887	6.577
Ambiental	-	144
	41.061	6.721

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$82.518, dividido em 82.518.088 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social subscrito é como se segue:

	2015 e 2014
SGBH-E	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	100%

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido societário do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. Nos anos de 2014 e 2013 não foi constituída a reserva legal, pois foi atingido o limite previsto pela Lei das Sociedades por Ações.

c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido societário após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações nº 6.404/76.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro líquido do exercício/ Base de cálculo	39.782	61.658
Dividendo mínimo obrigatório (50%)	<u>19.891</u>	<u>30.829</u>

16. Receita operacional líquida

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
		(não auditado)
Receita operacional bruta	<u>177.216</u>	<u>170.102</u>
Receita rateio de antecipação	13.980	9.992
Receita de encargos de transmissão	166.579	157.295
Receita de novas obras RBNI	4.328	4.087
Receita de CCT	-	185
Parcela ajuste do ciclo anterior	(7.493)	(1.457)
Indisponibilidade de equipamentos	(178)	-
Deduções da receita operacional	<u>(12.882)</u>	<u>(13.214)</u>
PIS	(1.152)	(1.185)
COFINS	(5.316)	(5.350)
ISS	-	(4)
P&D	(1.640)	(1.572)
RGR	(4.430)	(4.253)
TFSEE	(344)	(850)
	<u>164.334</u>	<u>156.888</u>

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

17. Custo da operação

	<u>2015</u>	<u>2014</u> (não auditado)
Pessoal	(4.522)	(3.910)
Material	(1530)	214
Serviços de terceiros	(595)	(1.011)
Depreciação e amortização	(10.786)	(10.088)
Gastos diversos (i)	(1.411)	(1.722)
Outros	(536)	(24)
	<u>(19.380)</u>	<u>(16.541)</u>

(i) Grupo de gastos diversos refere-se a atividades normais da Companhia de acordo com o plano de contas da ANEEL. Maiores impactos são os gastos de telecomunicação no valor de R\$812 em 2014 e R\$911 em 2015.

18. Despesas gerais e administrativas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Pessoal	(4.959)	(4.172)
Administradores	(2.469)	(1.797)
Material	(52)	(18)
Serviços de terceiros	(691)	(520)
Arrendamentos e aluguéis	(105)	(65)
Doações	(1093)	(718)
Provisão/reversão	262	7.283
Tributos	(123)	(178)
Depreciação e amortização	(105)	(116)
Outras	(207)	(608)
	<u>(9.542)</u>	<u>(909)</u>

19. Despesas com pessoal

<u>Pessoal - operação</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Remuneração	2.952	2.530
Encargos	986	847
Despesas rescisórias	5	-
Benefícios	579	533
	<u>4.522</u>	<u>3.910</u>
<u>Pessoal - administração</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Remuneração	2.437	2.144
Encargos	1.205	918
Benefícios	374	341
Outros	943	769
Administradores	2.469	1.797
	<u>7.428</u>	<u>5.969</u>
	<u>11.950</u>	<u>9.879</u>

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

20. Outras (despesas) / receitas operacionais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Rendas da prestação de serviços	150	-
Demais receitas e rendas	36	77
Depreciação	(79)	-
Tributo sobre a receita	(17)	-
	<u>90</u>	<u>77</u>

Nesse grupo são registradas receitas e despesas provenientes atividades não vinculadas a concessão: Centro de Operação do Sistema (COS) e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI).

21. Resultado financeiro

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita financeira	23.876	24.480
Receitas de aplicações financeiras	4.990	6.468
Variações cambiais ativas	18.855	17.994
Outras receitas financeiras	31	18
Despesa financeira	(70.477)	(44.844)
Variações cambiais passivas	(65.402)	(40.733)
Juros sobre empréstimos – terceiros	(797)	(3.257)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas	(2.579)	(355)
Outras despesas financeiras	(1.699)	(499)
	<u>(46.601)</u>	<u>(20.364)</u>

22. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2015 e 2014, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

22.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	6	21.086	50.554
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2015	2014
Adiantamentos a fornecedores		963	1.144
Concessionárias e permissionárias	7	19.454	20.326
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2015	2014
Empréstimos	11	77.666	133.778
Fornecedores - terceiros		287	406
Fornecedores – partes relacionadas	23	8	10

22.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os empréstimos da Companhia são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais fica consolidado no Grupo.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do U\$\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31 de dezembro de 2015. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	31/12/2015	-5%	5%
Empréstimos	77.666	(3.883)	3.883

d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

23. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2015 e 2014 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

23.1. Passivo

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fornecedores <i>(i)</i>	8	10
Empréstimos com a SGID	77.666	28.105

23.2. Resultado

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Despesa de aluguel <i>(i)</i>	59	65
Despesa de juros com empréstimos com a SGID	2.579	355

(i) O saldo de despesa de aluguel e fornecedores referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.